

IDEAU

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E ALAVANCAGEM OPERACIONAL

TAX PLANNING AND OPERATIONAL LEVERAGE

PLANIFICACIÓN TRIBUTARIA Y APALANCAMIENTO OPERATIVO

Bruna Fracaro

Graduanda em Ciências Sociais Aplicadas pelo Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai (UNIDEAU), Getúlio Vargas, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: brunaafracaro@gmail.com

Bruno Carra Bernardi

Graduando em Ciências Sociais Aplicadas pelo Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai (UNIDEAU), Getúlio Vargas, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: brunocarrabernardi@gmail.com

Bruno Rauta

Graduando em Ciências Sociais Aplicadas pelo Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai (UNIDEAU), Getúlio Vargas, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: brunorauta1@gmail.com

Caiane Quadri Cervinski

Graduanda em Ciências Sociais Aplicadas pelo Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai (UNIDEAU), Getúlio Vargas, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: caianecervinski@gmail.com

Eduardo Brustolin

Graduando em Ciências Sociais Aplicadas pelo Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai (UNIDEAU), Getúlio Vargas, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: eduardobrustolin5@gmail.com

RESUMO

O presente artigo integra informações referentes à gestão e planejamento tributário, assuntos estes que foram estudados em sala de aula, e aprofundados os conhecimentos através de pesquisas em artigos científicos, sites na internet, leitura de livros e uso de plataformas digitais. Tendo por objetivo analisar, estudar e desenvolver um planejamento tributário, para realizar uma proposta de alavancagem operacional através de investimentos. Como resultado, a organização precisa de ação com abordagens mais integradas e proativas no cenário fiscal, adotando estratégias que permitam a redução de custos tributários, o aproveitamento de incentivos fiscais e a otimização dos recursos

Submitted on: 09.10.2023 | Accepted on: 09.20.2024 | Published on: 09.30.2024

financeiros. Dessa forma, a empresa estará não só preparada para os desafios atuais, como também ganhará uma posição competitiva, garantindo sua prosperidade em um ambiente de negócios em constante evolução e cada vez mais exigente.

Palavras-chave: Planejamento Tributário. Impostos. ISO14001. Investimentos.

ABSTRACT

This article integrates information regarding tax management and planning, subjects that were studied in the classroom, and deepened knowledge through research in scientific articles, websites, reading books and using digital platforms. Aiming to analyze, study and develop tax planning, to carry out a proposal for operational leverage through investments. As a result, the organization needs to take action with more integrated and proactive approaches in the fiscal scenario, adopting strategies that allow the reduction of tax costs, the use of tax incentives and the optimization of financial resources. In this way, the company will not only be prepared for current challenges, but will also gain a competitive position, ensuring its prosperity in a constantly evolving and increasingly demanding business environment.

Keywords: Tax Planning. Taxes. ISO14001. Investments.

RESUMEN

Este artículo integra información sobre gestión y planificación tributaria, temas que se estudiaron en el aula y profundización de conocimientos a través de investigaciones en artículos científicos, sitios web, lectura de libros y uso de plataformas digitales. Con el objetivo de analizar, estudiar y desarrollar la planificación tributaria, para realizar una propuesta de apalancamiento operativo a través de inversiones. Como resultado, la organización necesita actuar con enfoques más integrados y proactivos en el escenario fiscal, adoptando estrategias que permitan la reducción de los costos tributarios, el uso de incentivos fiscales y la optimización de los recursos financieros. De esta forma, la empresa no sólo estará preparada para los desafíos actuales, sino que también ganará una posición competitiva, asegurando su prosperidad en un entorno empresarial en constante evolución y cada vez más exigente.

Palabras clave: Planificación Fiscal. Impuestos. ISO14001. Inversiones.

1 INTRODUÇÃO

O Planejamento e a Gestão tributária são pilares essenciais para a saúde financeira das empresas no atual cenário globalizado. Diante da complexidade das leis fiscais, a otimização da carga tributária de forma legal e estratégica é

vital. Ela não aborda somente a conformidade, onde também possibilita o direcionamento de recursos para investimentos e crescimento, garantindo competitividade e sustentabilidade no mercado (Oliveira, 2015).

A complexidade tributária e a legislação proposta no Brasil ressaltam a importância da Gestão e Planejamento Tributário. As empresas devem usar estratégias para gerenciar as obrigações fiscais, reduzir custos dentro da legalidade e acompanhar mudanças regulatórias. E de forma crucial para maximizar lucros, garantir conformidade e manter a competitividade em um ambiente global para entender as normas tributárias (Pêgas, 2022).

O atual artigo do Projeto de Aperfeiçoamento Teórico Prático (PATP), foi realizado pelos acadêmicos do 6º semestre do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário IDEAU – (UNIDEAU), sendo monitorados pelos seus respectivos professores. Tendo como propósito estudar e elaborar o planejamento tributário para uma empresa e uma proposta de alavancagem operacional através de investimentos.

Para atingir os objetivos que foram propostos, os acadêmicos realizaram reuniões virtuais e presenciais com a intenção de definir dados e informações da empresa. Também foram realizadas pesquisas bibliográficas e descritivas sobre o assunto abordado.

O presente artigo está dividido em cinco partes, onde a primeira está relacionada com o tema, seguido das justificativas e objetivos. A segunda parte é o desenvolvimento onde faz uma breve explicação dos conteúdos estudados no semestre que estarão sendo aplicados na quarta parte do artigo, a metodologia que se refere a terceira parte do trabalho é onde se desenvolve técnicas e abordagens para coletas de dados. Nesta quarta fase desenvolvemos os métodos que foram estudados com dados reais da empresa para auxiliar na elaboração deste trabalho, na última parte se faz uma análise sobre a organização da empresa, se necessita de alguma melhoria.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O texto a seguir é resultante de uma pesquisa bibliográfica, nele estando presentes as teorias que dão embasamento para o cumprimento dos objetivos propostos. A proposta engloba os conteúdos estudados nas disciplinas do atual semestre, o qual possibilita o conhecimento teórico e prático referente ao planejamento tributário de uma empresa.

2.1 GESTÃO TRIBUTÁRIA

Segundo Crepaldi (2021), a principal função da gestão tributária é assegurar que a empresa esteja em conformidade com as leis tributárias vigentes, ao mesmo tempo que utiliza estratégias inteligentes para otimizar sua carga tributária. Isso envolve a seleção de regimes fiscais mais adequados, a classificação correta e declaração de receitas e despesas, além da manutenção de uma postura transparente e ética perante as autoridades fiscais. A gestão tributária impacta diretamente a saúde financeira da empresa, influenciando sua lucratividade e margens de lucro.

Outra definição bastante difundida e aceita para a administração e gerenciamento dos tributos é explicada por OLIVEIRA (2015, p. 20):

[...ramo da administração responsável pelo gerenciamento dos tributos incidentes nas diversas atividades de uma empresa, ou grupo de empresas, adaptando ao dia a dia empresarial as obrigações tributárias, de forma a não expor a entidade às possíveis sanções fiscais e legais ou apurar o valor justo do tributo.

No âmbito da gestão tributária, segundo as perspectivas delineadas por Oliveira (2015) destacam-se funções e atividades cruciais, a precisão no cálculo do lucro tributável, em conformidade com a legislação vigente, emerge como prioridade para o adequado provisionamento dos impostos sobre os lucros. Paralelamente, a correta contabilização das provisões fiscais, alinhada aos Princípios de Contabilidade, assume papel fundamental, assegurando a divulgação tempestiva das obrigações tributárias. Ademais, a manutenção de

registros fiscais precisos, o preenchimento exato de guias de recolhimento e a conformidade com as exigências legais na entrega de formulários são práticas essenciais para determinar com acurácia o montante devido ao término do período fiscal.

2.2 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

O cenário econômico contemporâneo, marcado pela globalização e pela constante evolução das legislações fiscais, ressalta a importância do Planejamento Tributário como um instrumento crucial para a eficiência fiscal e a competitividade das empresas. O objetivo principal desse processo é otimizar a carga tributária por meio de estratégias legais, permitindo que as organizações alcancem uma posição mais vantajosa do ponto de vista financeiro e operacional (crepaldi, 2021).

O Planejamento Tributário envolve uma análise minuciosa das atividades empresariais, considerando as particularidades do ambiente regulatório. Através da identificação de incentivos fiscais, deduções empresariais e outros mecanismos legais, como podem reduzir sua carga tributária sem entrar em conflito com as leis vigentes. Além disso, o processo de planejamento também se concentra na escolha da estrutura de negócios mais adequada do ponto de vista tributário, seja em relação à forma jurídica da empresa, à localização das operações ou à distribuição de lucros (Crepaldi, 2021).

2.2.1 Lucro Real, Presumido e Simples Nacional

Segundo Pêgas (2022), as diferentes modalidades de tributação são fundamentais para que as empresas estejam pelo complexo cenário fiscal. Cada regime possui características específicas que afetam diretamente a carga tributária e as obrigações fiscais. Enquanto o Lucro Real exige apuração com base nos lucros efetivos, o Presumido utiliza percentuais sobre a receita bruta. Já o Simples Nacional é uma alternativa simplificada para micro e pequenas empresas. Explorar as matrizes de cada regime se torna essencial para uma

gestão tributária eficiente e adequada às particularidades de cada negócio.

2.3 IMPOSTOS, TRIBUTOS E SUAS ALÍQUOTAS

Segundo Brito (2015), impostos e tributos são obrigações financeiras impostas pelo Estado aos cidadãos e empresas para financiar os serviços públicos. Impostos, uma categoria de tributos, como o Imposto de Renda (IR) e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), são compulsórios, ou seja, devem ser pagos sem uma contraprestação direta.

Tributos, por outro lado, incluem não apenas impostos, mas também taxas e contribuições, cada um com suas próprias regras de cobrança e finalidades específicas. As alíquotas são porcentagens aplicadas sobre a base de cálculo de um tributo, determinando o valor a ser pago. Elas podem ser fixas ou variáveis, dependendo do tributo (Brito, 2015).

2.3.1 Esfera municipal

Na esfera municipal, assim como em outras esferas do governo, existem impostos, tributos e alíquotas que são utilizados para financiar os serviços públicos e as necessidades do município. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS): O ISS é um imposto que incide sobre a prestação de serviços. As alíquotas do ISS também são definidas pelo município e variam de acordo com o tipo de serviço. Por exemplo, a alíquota para serviços de construção civil pode ser de 5%. Um exemplo de tributo municipal, pode-se destacar as Taxas de Licença e Alvará: Estas são taxas cobradas para a emissão de licenças e alvarás para diversas atividades comerciais e empresariais. As alíquotas variam de acordo com o tipo de licença e o tamanho do estabelecimento (Da Silva; Porsse, 2015).

2.3.2 Esfera estadual

Paulsen e Melo (2022) explicam que impostos estaduais são tributos arrecadados pelos governos estaduais. A natureza e a estrutura dos impostos estaduais podem variar significativamente de um estado para outro dentro de um mesmo país. Alguns exemplos comuns de impostos estaduais incluem o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

O ICMS incide sobre a circulação e a comercialização de mercadorias e serviços dentro do estado. É um dos principais impostos estaduais e sua alíquota varia de acordo com o produto ou serviço em questão. O IPVA é um imposto anual que os proprietários de veículos pagam ao estado com base no valor e na idade do veículo (Paulsen; Melo, 2022).

2.3.3 Esfera federal

Impostos federais são tributos arrecadados pelo governo federal em um país. Eles desempenham um papel fundamental no financiamento de programas governamentais, infraestrutura e serviços públicos em nível nacional. Alguns exemplos de impostos federais incluem o Imposto de Renda, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e as contribuições sociais, como o PIS/PASEP e a COFINS. O Imposto de Renda incide sobre a renda e os ganhos financeiros das pessoas físicas e jurídicas e é uma das principais fontes de receita para o governo federal (Paulsen; Melo, 2022).

O IPI, por sua vez, é um imposto sobre a produção e importação de produtos industrializados, enquanto o IOF é aplicado a diversas operações financeiras, como empréstimos e câmbio. As contribuições sociais, como o PIS/PASEP e a COFINS, são direcionadas para o financiamento de programas sociais e são aplicadas sobre a receita bruta das empresas (Paulsen; Melo, 2022).

2.4 ESCRITURAÇÃO FISCAL

A escrituração fiscal é o processo de registro e documentos de todas as transações financeiras, comerciais e operacionais de uma empresa que têm impacto nas questões tributárias. Envolve uma organização e o registro detalhado de todas as operações que geram obrigações fiscais, como compras, vendas, pagamentos, custos, despesas, entre outros. Ela é realizada com o objetivo de fornecer informações precisas e transparentes às autoridades fiscais, garantindo a conformidade da empresa com as regulamentações tributárias vigentes (Manthay, 2007).

Este processo desempenha um papel crucial na gestão financeira e no cumprimento das obrigações legais de uma empresa. Além de atender aos requisitos fiscais, esse processo proporciona uma visão clara da saúde financeira da organização, permitindo a identificação de áreas de otimização e eficiência. Ter registros detalhados da empresa, não apenas cumpre suas responsabilidades tributárias, mas também fortalece sua capacidade de tomar decisões informadas e estratégicas. Portanto, transcende a mera conformidade legal, transformando-se em uma ferramenta essencial para a administração financeira e o crescimento sustentável do negócio (Furlan, 2011).

2.5 FERRAMENTAS DE GESTÃO DE QUALIDADE

Ferramentas de gestão de qualidade são instrumentos e técnicas usados para melhorar a qualidade, eficiência e desempenho das organizações. Algumas das principais ferramentas incluem o Diagrama de Ishikawa para identificar causas de problemas, o Diagrama de Pareto para priorizar problemas, Histogramas para visualizar dados, Diagramas de Dispersão para analisar correlações, Gráficos de Controle para monitorar processos, Análise SWOT para planejamento estratégico, entre outras. Essas ferramentas ajudam as organizações a resolver problemas, tomar decisões embasadas em dados e promover a melhoria contínua em seus processos e produtos (Moraes, 2015).

2.6 SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL E INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL

Os Sistemas de Gestão Ambiental e os Indicadores de Desempenho Ambiental desempenham um papel fundamental na busca por práticas empresariais mais sustentáveis e responsáveis. Com a preocupação crescente do meio ambiente, elas oferecem mais ferramentas para avaliar, monitorar e melhorar o impacto das atividades organizacionais no ecossistema. A intersecção entre essas práticas contribui para uma gestão mais eficaz dos recursos naturais e para a promoção da responsabilidade corporativa (Machado; Saccol, 2016).

2.6.1 PRAD

O Plano de Recuperação Ambiental (PRAD) é um instrumento utilizado na gestão ambiental para promover a recuperação de áreas degradadas ou impactadas por atividades humanas. Ele tem como objetivo principal restaurar os ecossistemas afetados, restabelecendo suas condições naturais, funções e biodiversidade. É uma ferramenta legal e técnica que pode ser exigida por órgãos ambientais como parte do licenciamento ambiental de projetos ou atividades que causam degradação ambiental significativa (LIMA et al, 2006).

2.6.2 RAP

Segundo Lopes (2008), o Relatório Ambiental Preliminar (RAP) é um documento utilizado em processos de licenciamento ambiental e estimativas de impacto ambiental. Ele tem como objetivo identificar, de maneira preliminar, os possíveis impactos ambientais de um empreendimento ou atividade antes que tenha gerado a elaboração de um estudo ambiental mais detalhado, como o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) ou o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), dependendo da legislação e das regulamentações do país.

2.6.3 EIA-RIMA

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) é um instrumento técnico utilizado em processos de licenciamento ambiental e estimativas de impacto ambiental. Ele desempenha um papel fundamental na avaliação dos impactos ambientais de um empreendimento ou atividade e fornece informações secundárias para subsidiar a tomada de decisão por parte das autoridades ambientais e outras partes interessadas. O EIA oferece uma avaliação detalhada dos possíveis impactos ambientais, sociais, culturais e associados a um empreendimento. Ele identifica os riscos e as consequências negativas que o projeto pode ter sobre o meio ambiente e a comunidade (Rodrigues, 1998).

O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) é um documento que faz parte do processo de avaliação de impacto ambiental de um empreendimento ou atividade. Ele é produzido com base nas informações contidas no EIA e tem como objetivo comunicar de forma mais acessível e compreensível os princípios e informações do EIA para o público em geral, especialmente para aqueles que não possuem conhecimento técnico especializado. Em resumo, o RIMA desempenha um papel fundamental na democratização das informações relacionadas aos impactos ambientais de um empreendimento (De Impacto Ambiental, 2014).

2.7 MERCADO DE CAPITAIS

O Mercado de Capitais representa um sistema composto por diversas instituições e instrumentos que facilitam a negociação de valores mobiliários emitidos pelas empresas, com o propósito de angariar recursos e garantir liquidez a esses ativos (Rocha *et. al.*, 2023).

Uma de suas principais características é a habilidade de atender às necessidades de financiamento em diferentes prazos, abrangendo tanto o curto, o médio e o longo prazo. Sua relevância e existência são fundamentadas nas limitações do mercado de crédito em oferecer às empresas condições adequadas e volumes de financiamento (Pinheiro, 2019).

O desenvolvimento econômico do país depende de um mercado de capitais estável, possibilitando financiamentos para as empresas que estão precisando de investimento em seu capital de giro e capital fixo. É essencial ter sociedades interessadas em abrir os capitais e acionistas dispostos a aplicar. Ele desempenha um papel significativo no fomento do crescimento econômico, pois serve como uma fonte estável de financiamento para as empresas, ao mesmo tempo em que torna o investimento mais acessível, permitindo que investidores participem no capital social das companhias (Rocha *et. al.*, 2023).

2.8 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é o conjunto de instituições, normas e regulamentações que compõem o sistema financeiro de um país. Ele desempenha um papel fundamental na economia ao intermediar a circulação de recursos financeiros entre os agentes econômicos, como indivíduos, empresas e governo. O sistema tem como principais objetivos a captação de recursos financeiros; a intermediação de transações financeiras e o gerenciamento de riscos (Gonçalves; De Souza, 2018).

De acordo com Puga (1999), no Brasil, o Sistema Financeiro Nacional é regulamentado pelo Banco Central do Brasil e compreende diversas instituições financeiras, como bancos comerciais, bancos de investimento, corretoras de valores, cooperativas de crédito, entre outras. Além disso, inclui também os mercados financeiros, como o mercado de capitais e o mercado de câmbio.

2.9 FUNDOS DE INVESTIMENTOS

A construção de uma carteira de investimentos é um processo dinâmico que envolve duas decisões principais: alocação de ativos e seleção de títulos. A alocação de ativos define a distribuição da carteira entre diferentes classes de ativos, como ações e títulos, com base nos objetivos de investimento e na tolerância ao risco do investidor (Filho, 2019).

Essa decisão fundamental tem um impacto significativo nos riscos e

retornos da carteira. A abordagem descendente começa com a alocação de ativos, garantindo a diversificação adequada, enquanto a estratégia ascendente se concentra na seleção de títulos individuais. Ambas as abordagens têm méritos e devem ser escolhidas com base nas metas e no perfil de risco do investidor, mas é crucial que a construção da carteira seja fundamentada em princípios sólidos de investimentos (Bodie *et. al.*, 2015).

A análise de títulos é uma parte crítica da construção da carteira, requerendo uma avaliação minuciosa de títulos específicos, como ações de empresas. Envolve uma análise criteriosa das condições financeiras das empresas emissoras e pode ser complexa. No entanto, a estratégia ascendente, que se concentra na seleção de títulos individuais com base em oportunidades de investimento atraentes, deve ser equilibrada para evitar concentrações indesejadas em setores específicos ou riscos não planejados (Filho, 2019).

Portanto, a construção da carteira exige uma abordagem deliberada que integre a alocação de ativos com a seleção de títulos, garantindo uma carteira alinhada com os objetivos e a tolerância ao risco do investidor (Bodie *et. al.*, 2015).

3 METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido através de leituras, pesquisas em artigos científicos, sites e livros online do sistema Uni mestre para a obtenção de informações essenciais para a construção do referencial teórico e metodologias. Os dados também foram obtidos através de pesquisas no Google Acadêmico.

Para tanto, fez-se uso da pesquisa bibliográfica que segundo Alyrio (2009), serve como ferramenta fundamental para a iniciação de tudo e construção do trabalho, é através deste tipo de pesquisa que é possível aprofundar e conhecer sobre o assunto. A pesquisa bibliográfica é realizada com base nas mais variadas fontes de leitura, fornecendo material necessário para o embasamento teórico. A pesquisa descritiva também foi de grande valia, para a integração do tema que busca a compreensão e conhecimento de dados desenvolvidos para novos artigos de pesquisa (Gil, 2002). Para a construção do

item Análise de resultados foi realizado um estudo de caso, buscando entender como a empresa funciona, conhecer sobre a legislação e analisar a estruturação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foi desenvolvido uma análise na empresa “X”, onde foi elaborado um planejamento tributário para uma alavancagem operacional com investimentos. Com a utilização de teorias e práticas executadas em sala de aula, foi possível efetuar a prévia e ter os elementos para estudo, contudo juntando as análises, se deu o resultado para a organização do planejamento tributário e investimentos para alavancagem operacional.

A organização foi fundada em 2013 e está localizada em Carlos Gomes-RS, o seu regime tributário é do Lucro Real. A empresa escolhida pelo grupo trabalha com venda de produtos alimentícios para animais e matérias-primas agrícolas. Fica acordado entre as partes que o nome da empresa não será exposto no artigo, utilizando-se em seu lugar a expressão “empresa X”. Os dados foram fornecidos através de visita presencial e conversas online, essas informações disponibilizadas para os integrantes do grupo para o projeto incluem a quantidade de funcionários e o valor do salário, CNAE, certificado da ISO, faturamento e o balanço patrimonial, além de notas de compras e vendas de mercadorias do ano de 2022.

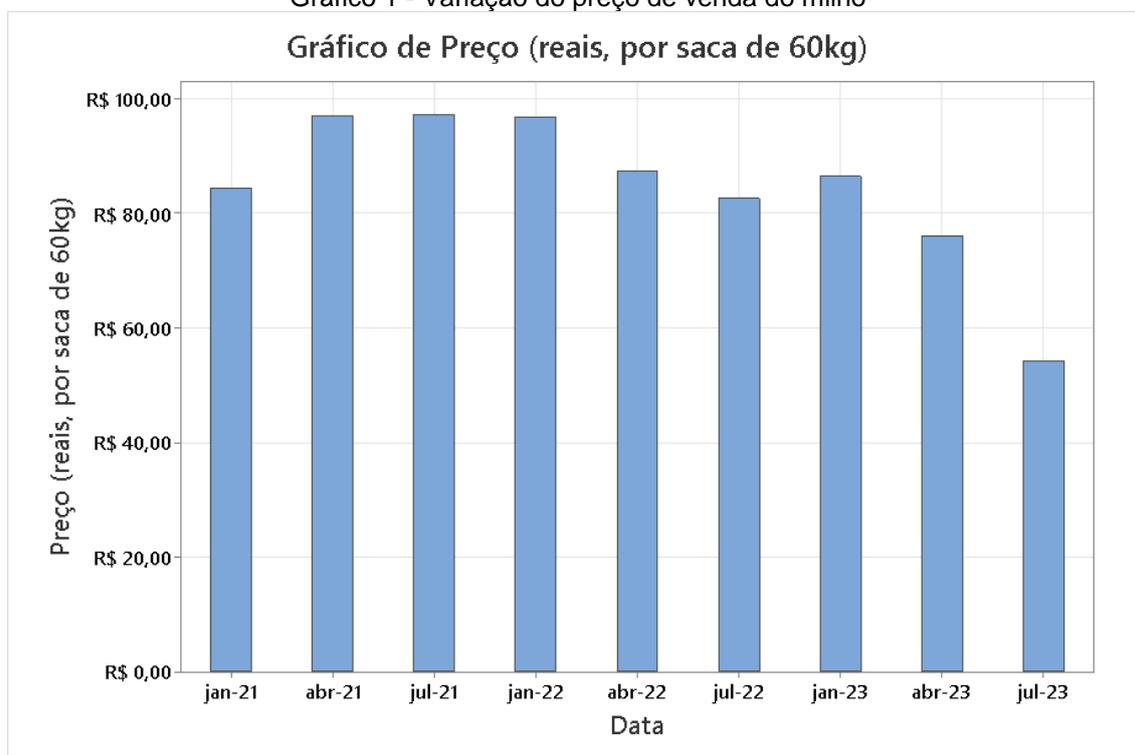
4.1 O USO DO MERCADO DE DERIVATIVOS COMO HEDGE

A empresa possui a necessidade de comprar algumas commodities como o milho, por exemplo, para realizar a produção de determinados produtos. O mercado de commodities em geral não é muito volátil, porém, questões sociais e ambientais podem afetar drasticamente o seu preço em determinadas épocas do ano. O milho, em uma estiagem poderia provocar uma safra com baixa produtividade e reduzir a oferta do produto no mercado, aumentando o seu preço. A falta de incentivo ao setor agropecuário pelo poder público pode desacelerar a produção do setor, levando a escassez do produto e o

consequente aumento do preço.

Os exemplos acima são apenas algumas das situações em que o preço da matéria prima citada poderia sofrer uma elevação e consequentemente aumentar o custo de produção da empresa. Comparemos no quadro 1 a variação de preço de venda do milho na bolsa de valores em três datas distintas nos anos de 2021 a 2023.

Gráfico 1 - Variação do preço de venda do milho



Fonte: CEPEA, 2023.

Através do quadro 1, é possível perceber a oscilação do preço do milho ao longo dos meses do ano. Não existe uma constante, enquanto no ano de 2021 o preço do milho subiu no decorrer do ano, nos anos de 2022 e 2023 o movimento foi ao contrário. Isso ocorre pelos motivos já citados, são fatores sociais, políticos e ambientais que podem afetar o preço de negociação do produto.

Como a empresa precisa do produto em questão - e não só dele, mas de outras commodities também - é possível e necessário que se tenham estratégias de investimento para mitigar os riscos incorridos na oscilação dos preços da

matéria prima. Como estratégia de investimento, a empresa pode investir no mercado de derivativos para se proteger dessa oscilação e garantir a compra da matéria prima a preços já conhecidos.

O mercado a termo é uma ótima escolha de investimento para a empresa, visto que ela poderá negociar a matéria prima na bolsa de valores a preços previamente estabelecidos e, com isso, obter uma maior segurança financeira e um controle de fluxo de caixa futuro mais próximo da realidade.

São vários os fatores que devem ser considerados ao se investir no mercado a termo, afinal, se está criando um compromisso de compra ou venda de um ativo, em uma data futura, a um preço previamente estabelecido, sem saber como será de fato o preço de mercado naquele momento. Se houver uma correta leitura do cenário econômico atual, do comportamento dos preços ao longo dos anos, do cenário político, e de todos os demais componentes que afetam ou podem afetar os preços no mercado, o investimento no mercado a termo como forma de proteção possibilitará à empresa a compra de matéria prima abaixo do preço de mercado, gerando uma margem de lucro muito maior nas vendas dos seus produtos.

4.2 APLICAÇÕES EM RENDA FIXA COMO MARGEM DE SEGURANÇA

Os títulos de renda fixa são conhecidos por oferecerem um retorno moderado atrelado a um baixo risco de crédito e alta liquidez. É o cenário ideal para que a empresa em estudo aplique recursos que tem disponível como uma reserva para momentos de instabilidade no mercado, em que pode haver grande oscilação nos preços dos produtos e incertezas quanto ao mercado em geral.

De modo geral, a empresa poderia estar investindo neste mercado em produtos como poupança, CDB, LCA ou LCI. Entre essas opções talvez a mais adequada para a empresa sejam os tradicionais CDB`s emitidos pelos bancos, tendo em vista que nenhum desses produtos possui isenção de imposto de renda quando se trata de Pessoa Jurídica, então os CDB`s saem na frente no quesito rentabilidade, já que normalmente são negociados com taxas superiores aos demais produtos citados. Também é possível encontrar CDB`s que oferecem

alta liquidez, que é muito importante caso a empresa precise resgatar os valores aplicados com emergência.

4.3 MOVIMENTAÇÕES FISCAIS

Com documentações fornecidas pela empresa, realizamos alguns cálculos dos impostos e seus determinados créditos, inicialmente a organização nos forneceu Notas Fiscais que são de Compra:

Quadro 1 - Nota Fiscal nº 923961.

EMPRESA COMPRADORA	
NOTA FISCAL	923961
VALOR DA VENDA	R\$25.020,00
LUCRO REAL PIS/COFINS 9,25%	R\$ -
CST	51
CFOP	5101
CST 051 - Suspensão de PIS e COFINS conforme Artigo 29 da Lei 12.865 de 09/10/2013.	

Fonte: Autores da pesquisa, 2023.

CST: Código utilizado para identificar a origem de um crédito ou débito tributário relacionado ao ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) em operações de entrada de mercadorias. CST é uma sigla para "Código de Situação Tributária".

CST 051: específico se relaciona a situações específicas de substituição tributária, que, no entanto, se refere a diferimento de ICMS, mostrado no Quadro 1.

Quadro 2 - Nota Fiscal nº 1112.

EMPRESA COMPRADORA	
NOTA FISCAL	1112
VALOR DA VENDA	R\$20.563,33
LUCRO REAL PIS/COFINS 9,25%	R\$ -
CST	40
CFOP	5102
CST 040 (Não consta na Lei)	

Fonte: Autores da Pesquisa, 2023.

CST 040 relaciona as operações fiscais que são isentas de ICMS, analisadas no Quadro 2.

Quadro 3 - Nota Fiscal nº 53018

EMPRESA COMPRADORA	
NOTA FISCAL	53018
VALOR DA VENDA	R\$36.823,50
LUCRO REAL PIS/COFINS 9,25%	R\$ 3.406,17
CST	51
CFOP	5101

Fonte: Autores da pesquisa, 2023.

CFOP: Código Fiscal de Operações e Prestações: cada código CFOP é uma combinação numérica que descreve a natureza da operação, indicando que ela envolve uma entrada ou saída de mercadorias, especificamente da operação, e outros detalhes relevantes para fins de tributação.

No balancete da empresa a parte de impostos consta com ICMS a recuperar, PIS a recuperar e COFINS a recuperar.

CFOP 5101, observado no Quadro 01 e 03, descreve uma operação de venda de mercadorias dentro do mesmo estado (operação interna) com a tributação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) por Substituição Tributária (ST).

CFOP 5102, notado no Quadro 02, descreve uma operação de venda de mercadorias para outro estado (operação interestadual) com a tributação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) por Substituição

Tributária (ST).

“**Art. 29.** Fica suspensa a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins sobre as receitas decorrentes da venda de soja classificada na posição 12.01 e dos produtos classificados nos códigos 1208.10.00 e 2304.00 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Ipi), aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011”.

4.4 ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO

Também foram avaliados aspectos da produção desta fábrica de ração, na Figura 1, disponibilizamos o processo da empresa para que na sequência seja apresentado o método PDCA aplicado para resolução de um erro no processo que há pouco tempo ocasionou algumas inconsistências desta empresa.

Figura 1 - Fluxo de Produção.



Fonte: Autores da pesquisa, 2023.

Ocorreu na parte de Ensaque algumas falhas de processo que refletiram nos clientes, onde a embalagem acabou não ficando no método correto para sua

abertura e os fardos precisam ser rompidos, os tornando impróprios para usos futuros, com o intuito de solucionar esta ocorrência, aplicamos ao processo de produção da empresa a ferramenta do PDCA, conforme Figura 2.

Figura 2 - Método PDCA.



Fonte: Autores da pesquisa, 2023.

Algumas aplicações nos processos e nas ferramentas podem passar por reprovações, mas como a própria ferramenta indica, é um fluxo, para iniciar novamente coisas que são analisadas e de momento podem ser inviáveis.

Avaliamos a possibilidade da amostra de produção e com o impacto pequeno que acaba causando no cliente, de momento ficará em *stand by*. Será avaliado no fornecedor de embalagem a possibilidade de alteração para que isso não reflita na empresa.

Os processos da empresa avaliada são bem definidos e estruturados, possuem documentação e a equipe possui treinamento para conseguir dar sequência nos processos de forma organizada e consistente.

4.5 LICENÇA DE OPERAÇÃO

Com base no disposto da Lei Complementar nº 140/2011, na Resolução

do CONAMA nº 237/97, na Resolução CONSEMA 372/2018, e alterações posteriores, que impactam ao município à realização de Licenciamento Ambiental das Atividades de impacto Local, e com base no protocolo administrativo realizou-se a licença N° 2/2022.

O documento ambiental licenciatório possui validade de 4 anos, com início em fevereiro de 2022 e término neste mesmo mês em 2026. Nesta LO (Licença de Operação) possuem informações de identificação da empresa, responsável técnico, condições e restrições de empresa, bem como com a parte ambiental, resíduos químicos, líquidos e sólidos. Os riscos ambientais, a renovação e conclusão do documento também estão presentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, este projeto revelou a relação entre o planejamento tributário e a alavancagem operacional como pilares fundamentais para a sustentabilidade financeira das organizações. Ao examinarmos os métodos de otimização fiscal, ficou evidente que estratégias assertivas nesse campo não apenas minimizam a carga tributária, mas também impactam diretamente a eficiência operacional. A interconexão entre esses dois elementos não é apenas uma questão de conformidade legal, mas sim uma via estratégica para potencializar os recursos e promover a competitividade no cenário empresarial.

Aprofundando nossa análise, constatamos que o alinhamento entre o planejamento tributário e a alavancagem operacional não só proporciona vantagens financeiras imediatas, mas também estabelece uma base sólida para o crescimento a longo prazo. A organização que integra essas práticas não apenas mitiga os riscos fiscais, mas também fortalece sua posição no mercado, demonstrando resiliência diante das oscilações econômicas. A capacidade de adaptar-se estrategicamente às complexidades tributárias e operacionais emerge como um diferencial competitivo essencial.

Este projeto enfatiza que o sucesso empresarial contemporâneo depende da compreensão profunda entre tributação e operações. As conclusões aqui apresentadas não são apenas uma reflexão sobre a eficácia do planejamento

tributário e da alavancagem operacional, mas também um chamado à ação para que as organizações adotem abordagens mais integradas e proativas. Ao enfatizar essas práticas de forma holística, a empresa estará mais bem preparada não apenas para enfrentar os desafios atuais, mas também para prosperar em um ambiente de negócios em constante evolução.

REFERÊNCIAS

- ALYRIO, Rovigati Danilo. **Métodos e técnicas de pesquisa em administração**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.
- BODIE, Zvi; KANE, Alex; MARCUS, Alan. **Investimentos**. 10. ed. Know-How Editorial: Grupo A, 2015.
- BRITO, Edvaldo. **Direito tributário: imposto, tributos sinalagmáticos, contribuições, preços e tarifas, empréstimo compulsório**. Grupo GEN, 2015.
- CEPEA - MILHO - **Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - CEPEA-ESALQ/USP**. Disponível em:
<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/indicador/milho.aspx>.
- CREPALDI, Sílvio A. **Planejamento tributário**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
- DA SILVA, Eduardo Ramos Honório; PORSSE, Alexandre Alves. Esforço tributário e interação estratégica dos governos municipais: uma análise com modelos geograficamente ponderados. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 46, n. 3, p. 115-130, 2015.
- DE IMPACTO AMBIENTAL, RIMA Relatório. **Relatório de Impacto Ambiental**. Belo Horizonte: Minas Gerais, v. 4, 2014.
- FILHO, Bolivar Godinho de O. **Gestão de fundos de investimentos**. São Paulo: Saint Paul Publishing, 2019.
- FURLAN, Anderson. **Planejamento fiscal no direito brasileiro**. São Paulo: Grupo GEN, 2011.
- GIL, Antônio Carlos. Como classificar as pesquisas? In: GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2002. p. 42-45.
- GONÇALVES, Robson Ribeiro; DE SOUZA, Cristóvão Pereira. **Sistema financeiro nacional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.
- LIMA, Hernani Mota de; FLORES, José Cruz do Carmo; COSTA, Flávio Luiz. Plano de recuperação de áreas degradadas versus plano de fechamento de mina: um estudo comparativo. **REM: Revista Escola de Minas**, v. 59, p. 397-402, 2006.
- LOPES, Thiago Araújo. **O relatório ambiental preliminar como instrumento de avaliação da viabilidade ambiental de sistemas de distribuição de gás**. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MACHADO, Vanessa de Souza; SACCOL, Juliana. **Introdução à gestão ambiental**. São Paulo: Grupo A, 2016.

MANTHAY, Dheovan. **A importância da escrituração contábil e escrituração fiscal**. 2007.

MORAES, Márcia Vilma Gonçalves de. **Sistema de gestão - princípios e ferramentas**. São Paulo: Saraiva, 2015.

OLIVEIRA, Luís Martins D. **Manual de contabilidade tributária: textos e testes com respostas**. 14. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2015.

PAULSEN, Leandro; MELO, José Eduardo Soares de. **Impostos federais, estaduais e municipais**. São Paulo: Saraiva, 2022.

PÊGAS, Paulo H. **Manual de contabilidade tributária**. 10. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2022.

PINHEIRO, Juliano L. **Mercado de capitais**. São Paulo: Grupo GEN, 2019.
PUGA, Fernando Pimentel. **Sistema financeiro brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial**. 1999.

ROCHA, Ricardo H.; CESTARI, Walter; PIELLUSCH, Marcos. **Mercado de capitais e bolsa de valores**. Barueri: Manole, 2023.

RODRIGUES, G. S. **Avaliação de impactos ambientais em projetos de pesquisas: fundamentos, princípios e introdução à metodologia**. Jaguariúna: Embrapa-CNPMA, 1998. 66 p. (Documentos, 14).